




POR UMA PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE PORTUGAL

**Consulta Pública do PRR -
Plano de Recuperação e Resiliência**



A Federação Académica do Porto (FAP) iniciou a sua participação nos processos de consulta pública sobre documentos estratégicos para o planeamento da recuperação económica do país no pós-pandemia em agosto de 2020, no âmbito da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro, em consulta pública, surge na sequência dessa Visão Estratégica e de uma primeira versão do plano, entregue à Comissão Europeia em outubro de 2020. Desde esse momento, a situação epidemiológica sofreu um novo agravamento, do qual resultaram novos constrangimentos à vida social e económica e, por isso, maiores desafios para a recuperação ao longo dos próximos anos.

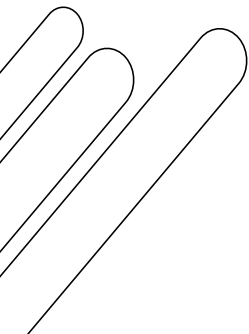
O PRR é absolutamente determinante no estabelecimento das prioridades do País para fazer face a uma necessária recuperação e ao incremento da resiliência da economia e da sociedade portuguesa, no seguimento de uma das maiores crises sanitárias de que há memória nas últimas décadas. Este Plano exige uma participação alargada dos cidadãos e das instituições portuguesas, algo que estava a tardar acontecer com a versão deste documento. Seria um erro não o fazer.




Como tal, esta consulta pública é um exercício fundamental basilar de participação democrática dos cidadãos e das instituições, razão pela qual a Federação Académica do Porto (FAP) não poderia nunca deixar de participar neste exercício que nos parece que será acompanhado de outras pronúncias tendo em vista contribuir para a democraticidade e seriedade que este processo exige.

A visão da FAP, que recorrentemente tem destacado o seu lema de “Por uma prioridade na Educação”, estabelece o investimento na educação, nomeadamente no ensino superior, como estratégia fundamental para o crescimento sustentado do país, capacitando os portugueses para o desenvolvimento de atividades baseadas no conhecimento, capazes de criar diferenciação relevante tendo em vista a competição com outras economias. De facto, se o país se limitar a procurar competir numa ótica de baixos salários e de promoção de mão de obra barata, o resultado será desastroso.

Na ótica da FAP, é imperativa a contínua valorização do papel da educação e da formação, tendo em vista valorizar os portugueses e investindo numa política em que se assuma, de forma evidente, que “estudar vale a pena” e que os portugueses e as suas famílias são





valorizados pelos investimentos (e em alguns casos sacrifícios) realizados em prol de melhoria das condições de vida dos jovens que procuram no ensino superior a expectativa legítima de uma vida melhor.

A FAP considera que o Ensino Superior e a Ciência têm vindo a desempenhar um papel central no progresso social e, se mobilizado o investimento necessário, podem contribuir de forma determinante para o desenvolvimento económico. Com base nesta premissa, a FAP saúda a transversalidade conferida a ambos os setores ao longo do documento, designadamente no que respeita às qualificações e formação ao longo da vida, à transição digital e progresso tecnológico e, também, à transferência de conhecimento para a sociedade e para as empresas.

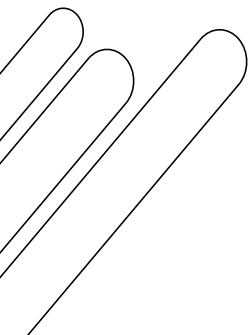
O PRR em consulta pública apresenta um período de execução de cinco anos, até 2026, mobilizando um volume de recursos no total de 13,9 mil milhões de euros em subvenções comunitárias e o recurso a empréstimos no valor de 2,7 mil milhões de euros, provenientes do recém-criado Mecanismo de Recuperação e Resiliência europeu. A forma como estes montantes forem investidos será determinante, não só para a recuperação do país no pós-pandemia, mas também para a criação de condições que conduzam ao crescimento económico ao longo das próximas décadas.


Neste sentido, com o propósito de contribuir para a construção do PRR e para o atingir dos objetivos assumidos, no plano e em outros documentos estratégicos que o antecederam, a FAP apresenta um conjunto de 22 propostas agregadas em 5 eixos: i) Ciência e Tecnologia; ii) Competências Digitais e Inovação Pedagógica; iii) Reforçar a Igualdade de Oportunidades; iv) Promover a Saúde Mental no Ensino Superior e v) Apoiar o Emprego Jovem.

I. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo um estudo europeu da autoria da Direção-Geral da Investigação e da Inovação, cada euro mobilizado de programas europeus, destinado a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I), apresenta um retorno médio de 13,5€. De acordo com este estudo, um investimento adicional de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) representaria um crescimento de cerca de 1,1% do PIB nacional no médio prazo ¹. Atualmente, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal investe 1,41% do PIB em I&D.

¹ DG RTD (2017), *The economic rationale for public R&I funding and its impact*. Brussels, European Commission.





A FAP enaltece o objetivo de aumentar em 3% do PIB, a despesa total com I&D (pág. 13). No entanto, esta é uma meta que se encontra estabelecida desde a aprovação da Agenda de Lisboa, em 2000, já renovada em 2010, no âmbito da Estratégia Europa 2020. Ao fim de 20 anos, segundo os dados mais recentes, a despesa com I&D em Portugal, ainda que apresente uma tendência de crescimento, está estimada em 1,41% do PIB.

Para que o objetivo seja atingido são necessários reforços significativos ao nível do investimento e, nesse âmbito, políticas que promovam a ligação entre o Ensino Superior, o sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial português. Deste modo, a FAP propõe que sejam desenvolvidas reformas e ações no sentido de:

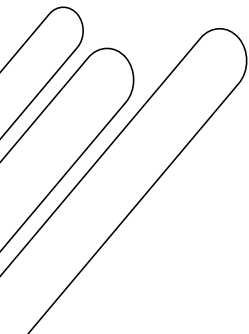
1. Definir calendários de financiamento plurianual e agilizar os procedimentos de avaliação de projetos de modo a que os prazos de decisão sejam cumpridos, sobretudo ao nível dos concursos promovidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT);
2. Reforçar o financiamento disponível para a atribuição de Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento e, sobretudo, as Bolsas de Doutoramento em Empresas, como forma de


promover a integração de doutorados no mercado de trabalho e fomentar a inovação em contexto empresarial;

3. Articular a política de I&D com as políticas económicas e as políticas de emprego, assegurando uma maior capacidade de absorção da investigação básica em curso nas fases de aplicação e comercialização;

4. Assegurar a diversidade e as especificidades de cada instituição, de Ensino Superior ou do sistema científico, mas reforçar o apoio a projetos de investigação colaborativa que reduzam a duplicação e replicação de investimentos e promovam a concentração de recursos, aumentando a massa crítica nas mais diversas áreas de investigação;

5. Definir um quadro legal estável, ao nível da política fiscal e contributiva, que estimule as empresas, sobretudo na indústria transformadora, a investir em I&D&I, incluindo através da criação de emprego qualificado, de modo a concretizar o objetivo de criar 15 mil novos postos de trabalho qualificado, no âmbito das “agendas mobilizadoras”, conforme referido na agenda temática 3 [pág. 15].





II. COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

Um estudo recente sobre a penetração da internet na população portuguesa revela que 76% dos portugueses com mais de 15 anos têm acesso à internet. A tendência verificada ao longo dos últimos anos mostra uma progressiva massificação do acesso – mais 18% desde 2010. Outro estudo, indica que 90% dos portugueses usam telemóvel e que 3 em cada 4 são smartphones, sendo que pelo menos 63% instalam aplicações (apps) com regularidade ².

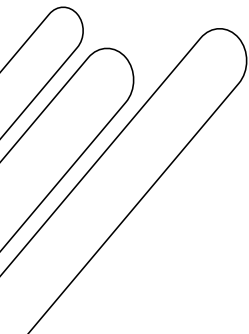
O PRR em consulta pública refere que “os progressos conseguidos no campo das tecnologias da informação e da comunicação nas últimas décadas têm sido determinantes na resposta à crise sanitária e económica que atravessamos”. De facto, apesar das dificuldades que ainda persistem na adaptação do ensino em regime presencial, para ensino on-line, a FAP reconhece que esses progressos têm tornado possível manter a atividade letiva.


2 Bareme Internet (2018 e 2020), Penetração da Internet na população portuguesa e sobre comportamentos dos cibernautas portugueses. Marketest (www.marketest.com).

Não obstante, a transformação digital do tecido produtivo, como é pretendido, também depende, justamente, da promoção da digitalização nos sistemas educativo e de ensino superior. Só desta forma será possível assegurar o desenvolvimento de competências para “a inovação e renovação industrial” pretendida pelo plano. Porém, de acordo com a última avaliação externa realizada ao sistema de Ensino Superior português pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na maioria das IES não é disponibilizada, nem incentivada, a formação pedagógica dirigida para docentes com vista à melhoria das suas competências.

Assim, tendo como base um conjunto de propostas que a FAP já se encontrava a trabalhar, antes da pandemia, apresentamos as seguintes considerações no âmbito da inovação pedagógica e competências digitais:

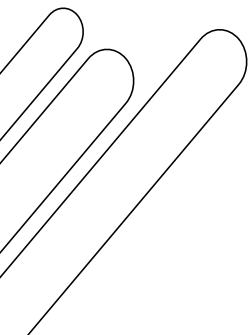
- 6.** Alargar a outras áreas do Ensino Superior, o objetivo estabelecido no âmbito do “Impulso Jovem STEAM”, destinado a beneficiar anualmente 15 mil estudantes das áreas da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática, através de intervenções de modernização de infraestruturas e equipamentos, para aumentar a capacidade de introdução de práticas pedagógicas inovadoras (pág. 73)



- 
- 7.** Criar estímulos financeiros para o desenvolvimento profissional do corpo docente, fomentando a melhoria das competências pedagógicas e promovendo a utilização de ferramentas digitais, com vista à inovação contínua dos métodos e práticas pedagógicos em contexto letivo;
 - 8.** Considerar, no âmbito de uma estratégia para a inovação pedagógica e digital no setor do Ensino Superior, a definição de um sistema de “certificação pedagógica do quadro docente”, para efeitos de admissão e progressão de carreira;
 - 9.** Encarar a transformação digital no Ensino Superior como uma oportunidade para experiências de ensino misto, onde a componente presencial seja completada por módulos de aprendizagem à distância ou on-line e, neste sentido, utilizar novos modelos e regimes de ensino, também para a captação de novos públicos e na formação ao longo da vida (Componente 6, pág. 69);
 - 10.** Abrir um novo programa de emprego científico, destinado à renovação do corpo docente das Instituições de Ensino Superior, atualmente caracterizado por cerca de 50% de do-

centes com mais de 60 anos no sistema público e 70% no sistema privado;

11. Adotar medidas que promovam o acesso equitativo de todos os estudantes do Ensino Superior às tecnologias e aplicações digitais necessárias ao sucesso acadêmico, designadamente através de um enquadramento legal que crie essas condições para os estudantes bolsheiros, beneficiários de ação social, ou de medidas semelhantes às previstas no âmbito da “Transição digital na Educação” (pág. 116), como por exemplo a aquisição de computadores, a distribuir por esses beneficiários.





III. REFORÇAR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A mais recente avaliação externa realizada pela OCDE ao sistema de Ensino Superior português³ sinalizou que os mecanismos de apoio disponibilizados aos estudantes são insuficientes e/ou inadequados. Cerca de 20% dos estudantes são bolseiros de ação social, mas a maior parte apenas recebe uma bolsa anual equivalente ao valor da propina e a maioria das instituições não têm implementados mecanismos de prevenção de abandono precoce. Segundo o MCTES, 42 % dos estudantes inscritos no ensino superior público encontram-se deslocados do seu agregado familiar⁴.

O número de inscritos no Ensino Superior encontra-se, atualmente, próximo dos 400 mil estudantes. No ano letivo em curso, o número de candidatos ao ingresso no Ensino Superior foi o mais elevado dos últimos 25 anos e o número de colocados, desde logo na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso, aumentou cerca de 15%.

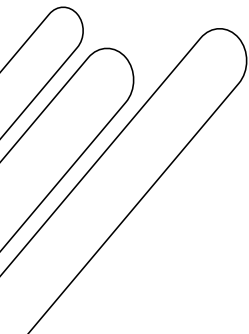
³ OECD (2018) *Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal*. Lisboa, OECD.


⁴ MCTES e MA (2018) *Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior*. Lisboa: XXI Governo.

Esta é uma tendência positiva, sobretudo quando está definido o objetivo de, até 2030, 60% dos jovens com 20 anos frequentarem o Ensino Superior e 50% da população na faixa etária dos 30-34 anos terem formação superior.

Conforme referido na Componente 6 “Qualificação e Competências”, “na sociedade atual, as qualificações e as competências são o principal motor da competitividade, coesão e bem-estar”. No entanto, apesar dos progressos alcançados ao longo das últimas décadas, também referidos no documento, Portugal ainda apresenta um défice ao nível das qualificações superiores, com apenas 26,3% da população formada a esse nível e, portanto, abaixo da média europeia, situada em 31,6%.

A crise económica não pode representar uma redução do investimento no Ensino Superior, nem no financiamento dos mecanismos de ação social. A FAP tem adotado, desde sempre, uma atitude construtiva na apresentação de propostas com o objetivo de alargar a base social de recrutamento para o Ensino Superior e para a promoção da igualdade de oportunidades na frequência e na obtenção de sucesso académico. Neste sentido, propomos que o PRR considere as seguintes propostas:



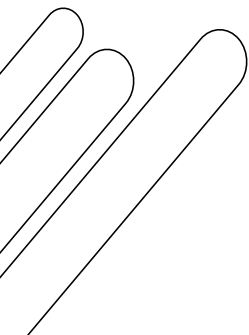


12. Uma vez que o documento valoriza a formação pós-graduada e define, inclusive, a criação de “pelo menos dez escolas de pós-graduação em articulação entre as Instituições de Ensino Superior e empregadores públicos e privados” (pág. 36), é relevante também modificar o paradigma de apoio social aos estudantes de 2.º ciclo que se encontrem a frequentar pós-graduações ou mestrados não integrados, nomeadamente através da introdução de uma discriminação positiva no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES), dado que atualmente estes estudantes suportam valores de propina mais elevados, mas o cálculo da sua bolsa tem como referência o valor da propina máxima estabelecida para o 1.º ciclo;

13. Modernizar o funcionamento digital das plataformas utilizadas no âmbito do sistema de ação social, através de uma maior eficiência das interoperabilidades de bases de dados do Estado, nomeadamente das Finanças e da Segurança Social, a fim de promover maior facilidade nos processos de análise e decisão relativos às candidaturas à bolsa de estudo;

14. Criar mecanismos de apoio, mas também de incentivo, à formação ao longo da vida, enquadrando-os nos dois instrumentos propostos para o efeito - Plano Nacional de Literacia de Adultos e Impulso Adultos (pág. 72);

15. Assegurar que o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, cujo progresso na execução tem ficado aquém das expectativas, beneficie das subvenções comunitárias, de modo a que seja cumprido o objetivo de aumentar a capacidade de alojamento em 15.000 camas (pág. 48);





IV. PROMOVER A SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR

Em junho de 2020, na sequência do primeiro período de confinamento e após a primeira experiência de ensino on-line, a FAP promoveu um inquérito aos estudantes da Academia do Porto, relativamente ao impacto socioeconómico e psicológico. No que respeita ao impacto psicológico, 78% dos 2.217 inquiridos afirmou ter sentido um aumento do estado de ansiedade, depressão, ou outro. Contudo, menos de metade - apenas 46%, afirmaram ter tido acesso a soluções de ajuda em tempo útil e a custos acessíveis⁵.

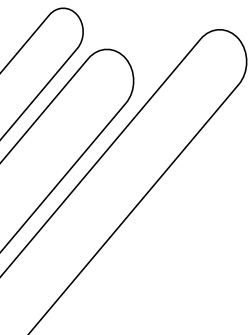
As medidas adotadas para mitigar a propagação da Covid-19 não deixaram o funcionamento das Instituições de Ensino Superior e a vida quotidiana dos estudantes indiferentes. A repentina transição do ensino presencial para o ensino on-line, no segundo semestre do ano letivo 2019/2020 e, novamente, no decurso do ano letivo 2020/2021, colocaram vários desafios aos estudantes.


⁵ FAP (2020) *Impacto da pandemia de Covid-19 nos Estudantes da Academia do Porto*. Porto, FAP.

Desde a necessidade de condições adequadas para a frequência das aulas em regime on-line, designadamente material informático e ligação à internet, aos constrangimentos que derivam da permanência de mais do que uma pessoa na habitação, seja em ensino on-line ou em teletrabalho, ou às circunstâncias económicas e sociais que assolam muitos agregados familiares, existem vários fatores com impacto na saúde mental dos estudantes.

A saúde mental tem vindo a ganhar cada vez mais relevo na agenda mediática. É uma área que tem sido debatida ao nível das instituições europeias e para a qual o PRR prevê uma reforma a diversos níveis (pág. 38), mas sem uma referência particular ao Ensino Superior, cuja população apresenta várias especificidades. Neste sentido, a FAP apresenta o seguinte conjunto de propostas:

- 16.** Disponibilização de apoios públicos ao desenvolvimento de projetos na área da saúde mental que sejam direcionados para os estudantes do ensino superior ou que o incluam entre os públicos elegíveis;
- 17.** Promover a investigação em novas estratégias de intervenção, acompanhamento e monitorização do apoio psicológico aos estudantes.





18. Permitir o reforço excecional dos serviços de apoio psicológico disponibilizados pelos Serviços de Ação Social ou apoiar, pelo menos no horizonte temporal previsto para a execução do PRR, a celebração de protocolos entre as IES e o setor privado, de modo a que seja aumentada a capacidade de resposta a pedidos de apoio.

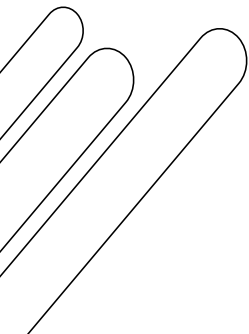
V. APOIAR O EMPREGO JOVEM


Durante a última crise económica e financeira, a promoção do emprego jovem beneficiou da mobilização de mais de 466 milhões de euros, recebidos por Portugal e utilizados no âmbito de medidas como a Garantia Jovem. Em 2014, a taxa de desemprego jovem em Portugal era 34,8%. Em 2019, antes da pandemia, eram 18,3%⁶. Os dados mais recentes, disponibilizados pelo INE, indicam que o desemprego jovem terá voltado a ultrapassar os 25% no final de 2020.

⁶ Eurostat (2019) Youth unemployment rate. Brussels, Eurostat; European Commission (2020) The European Union: What it is and what it does. Brussels, European Commission.

O aumento do desemprego, no qual se inclui o desemprego jovem é, inevitavelmente, uma consequência da nova crise económica, desencadeada pela resposta à pandemia. Adicionalmente, ainda que não sejam considerados do ponto de vista estatístico, os recém-formados que se encontram atualmente à procura do seu primeiro emprego, ou aqueles que o virão a fazer no final deste ano letivo, também se deparam com dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

Deste modo, os jovens são, por diversos motivos, os mais afetados pelo desemprego: ou porque têm contratos mais recentes e por isso são mais facilmente despedidos; ou porque se encontram em situações laborais precárias e dum momento para o outro ficam sem rendimento, ou porque simplesmente não conseguem ingressar no mercado de trabalho devido ao início de uma nova crise. Por este conjunto de motivos, a FAP entende que é necessária uma resposta adequada, ao longo dos próximos anos, com medidas específicas que promovam a empregabilidade entre as faixas etárias mais jovens:





19. Implementar um novo programa, com base no modelo do Garantia Jovem, e criar novos incentivos que estimulem as empresas a recrutar jovens na sequência de períodos de estágios;

20. Com base na experiência anterior de implementação do Garantia Jovem, deverão ser instituídas de início regras que mitiguem fraudes e abusos por parte das empresas, protegendo a situação de vulnerabilidade em que se encontram os jovens à procura de uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho;

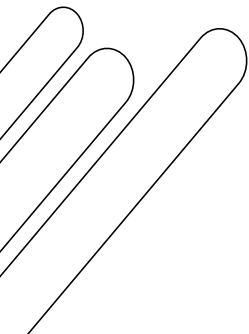
21. Estudar modelos que permitam equiparar os trabalhadores independentes que concentrem mais de 80% da sua atividade na prestação de serviços à mesma entidade a trabalhadores por conta de outrem, no âmbito dos apoios comunitários disponibilizados, designadamente através do mecanismo SURE.


22. À semelhança das vantagens concedidas às empresas que contratam jovens na sequência de estágios realizados ao abrigo de programas como o Garantia Jovem, deve ser es-

tudada a possibilidade de incentivos à contratação de jovens através de isenções temporárias, ou reduções regressivas da Taxa Social Única (TSU).

Infelizmente, fica por verter neste Plano uma visão mais abrangente do que poderia ser o papel do ensino superior no efetivo desenvolvimento da geração jovem deste país, uma visão que extravasasse uma visão compartimentada e departamental da gestão do Estado e que fosse digna do título de Reforma, tão profusamente utilizado ao longo do documento, mas que tantas vezes se refere a pequenas melhorias ou incrementos mais do que à modificação da organização existente.

Uma verdadeira política integrada de ensino superior e juventude deveria colocar os recursos tendo em vista um desenvolvimento holístico da geração jovem, incentivando-a a progredir estudos para o ensino superior ao mesmo tempo que criava condições para o início da sua emancipação, num processo contínuo e progressivo que não culminasse com o regresso a casa dos pais após a conclusão dos seus estudos no superior (em muitos casos nunca saíram de casa dos pais). Desta feita, uma política que integre o aumento da





disponibilidade de camas para estudantes do ensino superior numa primeira fase, a que se aliem políticas efetivas de apoio ao primeiro emprego sem precariedade – apoiando a contratação por parte das empresas - e à emancipação jovem, com uma alteração estrutural do programa Porta65, seriam sinergias efetivamente relevantes para potenciar uma resposta aos jovens adultos, tornando o ensino superior ainda mais aliciante como porta de entrada para a vida adulta e emancipada a que qualquer jovem aspira. Veja-se que os jovens adultos portugueses saem de casa dos pais aos 29 anos, em média, estando Portugal, nesta matéria, com piores resultados do que a média dos países da UE em 2019, cujo valor era de 26,2 anos.

O próprio PRR refere dados importantes de 2019 que colocavam o abandono escolar precoce em valores de “10,6% e que 9,5% dos jovens não estavam integrados no mercado de trabalho, nem em atividades de educação ou de formação profissional (jovens NEET)”. Com a situação atual é natural que tenha existido um agravamento destes indicadores, pelo que se exigem investimentos nesta matéria. Parecem estar cobertos em termos de incremento de formação, mas deixam muito a desejar no que ao combate ao abandono escolar diz respeito, seja em anos de escolaridade inferiores, seja no



próprio ensino superior onde, devido à deterioração das condições socioeconómicas e ao processo atribulado de ensino à distância forçado terá havido um agravamento destas condições.

Poderemos ir mais além! Que os nossos contributos sejam úteis para a necessária reflexão em torno do PRR e da estratégia delineada para a recuperação de Portugal.

Porto, 22 de fevereiro de 2021

